



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE RONDÔNIA

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo nº 9079610110000359.000003/2026-67

### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

#### 1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Unidade Orçamentária: Projeto 3014 - PROMOVER A EDUCAÇÃO CONTINUADA - CURSOS E PALESTRAS

1.2. Unidade Requisitante: Desenvolvimento Profissional

#### 2. OBJETO E OBJETIVO

2.1. Objeto: Contratação de licença de videoconferência e webinar, com capacidade para no mínimo 600 participantes simultâneos, com validade de 12 (doze) meses, destinada à realização de eventos de formação continuada do CRCRO.

2.2. Objetivo: Assegurar infraestrutura digital estável e adequada para transmissões/reuniões de grande porte (webinars, seminários, workshops), com recursos de interação, controle e gestão do evento, suportando a execução da agenda institucional de capacitação e educação continuada.

#### 3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE. ART. 18, § 1º, I.

3.1. O CRCRO realiza, de forma contínua, eventos de formação continuada que demandam ambiente virtual com capacidade de atendimento a público amplo, garantindo qualidade de transmissão, estabilidade e recursos de interação/gestão apropriados a eventos institucionais de grande porte.

3.2. A necessidade específica recai sobre licença com capacidade mínima de 600 participantes simultâneos, contemplando funcionalidades como: transmissão ao vivo em formatos variados (seminários, webinars, workshops), integração com plataformas externas (ex.: YouTube), painel de controle para administração do evento, chat/moderação, geração de relatórios e armazenamento/registro do conteúdo para acesso posterior, além de desempenho adequado (sem degradação de estabilidade/latência em grandes audiências).

3.3. Trata-se de solução recorrente, pois as licenças de comunicação/videoconferência possuem validade anual, exigindo planejamento para renovação e continuidade do serviço, de modo a evitar descontinuidade operacional e prejuízo às ações finalísticas relacionadas à educação continuada.

3.4. A ausência de contratação/renovação da licença implica risco concreto de:

3.5. (i) inviabilização de eventos com grande número de participantes;

3.6. (ii) redução de alcance/efetividade das ações de capacitação;

3.7. (iii) necessidade de soluções improvisadas, com potencial aumento de custo e/ou perda de qualidade; e (iv) impacto reputacional/institucional por falhas em eventos abertos ao público-alvo.

#### 4. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL (PCA). ART. 18, §1º, II

4.1. A contratação da licença de videoconferência e webinar (mín. 600 participantes) – 12 meses encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual – PCA 2026, no item 23, sob a descrição “Licença de plataforma para cursos, eventos e reuniões virtuais”, evidenciando alinhamento ao planejamento anual da entidade.

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (INCISO III)**

5.1. Para assegurar que a solução atenda plenamente à necessidade institucional de realização de eventos de formação continuada (remotos e/ou híbridos), a contratação deverá observar requisitos mínimos funcionais, operacionais, de segurança, de gestão e de suporte, de modo a garantir estabilidade, controle, rastreabilidade e qualidade de transmissão.

### **5.2. Requisitos funcionais mínimos da licença**

5.3. Capacidade mínima: suportar a realização de eventos com no mínimo 600 (seiscentos) participantes simultâneos, sem perda de qualidade/estabilidade/latência, admitida escalabilidade para aumento de participantes, se necessário.

5.4. Formatos de evento, permitindo transmissões ao vivo para diferentes formatos (ex.: seminários, webinars, workshops), assegurando acesso amplo e padrão profissional de transmissão.

5.5. Integração com transmissão externa, possibilitando integração com plataformas externas, como YouTube, para transmissão ao vivo no canal institucional, com continuidade e sem interrupções.

5.6. Painel de controle e gestão do evento, o qual deve disponibilizar painel de controle intuitivo para administradores/usuários, permitindo, no mínimo: controle de participantes, atribuição de moderadores, gravação (inclusive em tempo real) e monitoramento do desempenho durante a transmissão.

5.7. Interação (chat) com moderação, o qual deve possuir chat integrado durante o evento, com recursos de moderação e filtros (habilitar/bloquear mensagens, bloqueio de conteúdo inadequado etc.).

5.8. Registro e armazenamento do conteúdo, o qual deve registrar e armazenar os eventos em vídeo e transcrição, permitindo revisita posterior, com restrição de acesso a usuários autenticados.

5.9. Relatórios gerenciais do evento, devendo gerar relatórios automáticos com métricas (número de participantes, tempo médio de participação, mensagens no chat, tempo de transmissão e outros dados relevantes), com disponibilização em formatos como PDF e CSV.

### **5.10. Requisitos de segurança e continuidade**

5.11. Autenticação forte (MFA), devendo ser compatível com autenticação multifator (MFA), especialmente para eventos com conteúdo sensível ou acesso restrito.

5.12. Estabilidade, segurança da conexão e QoS: garantir estabilidade e segurança durante eventos de grande porte, com possibilidade de monitoramento de uso de banda e gestão de qualidade de serviço (QoS) para priorização de áudio e vídeo e mitigação de falhas/quedas.

### **5.13. Requisitos de identidade institucional (customização)**

5.14. Permitir personalização da interface do evento, com inclusão de logotipos e cores corporativas, bem como inserção de slides e materiais visuais diretamente na plataforma.

### **5.15. Requisitos de suporte, idioma e operação**

5.16. Disponibilizar suporte técnico/help-desk em dias úteis, compatível com a criticidade dos eventos institucionais.

5.17. O idioma da solução (interfaces e relatórios) deverá ser Português (Brasil), para facilitar uso, treinamento e operação pelos usuários internos.

### **5.18. Requisitos de vigência/licenciamento**

5.19. A licença a ser contratada deverá possuir validade de 12 (doze) meses, de modo a assegurar a continuidade das ações de formação continuada planejadas. (Parâmetro adotado no

histórico de contratações e no DFD da demanda).

5.20.

## **6. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES (MEMÓRIA DE CÁLCULO E DOCUMENTOS SUPORTE)**

6.1. A estimativa de quantitativo considera a necessidade permanente do CRCRO de realizar eventos de formação continuada em formato remoto/híbrido, com capacidade de atendimento simultâneo de público amplo, sem perda de qualidade, estabilidade e recursos de interação/controle.

6.2. Quantidade estimada: 01 (uma) licença anual.

6.3. O quantitativo foi dimensionado com base no histórico da contratação vigente (Contrato nº 03/2025, vigência 22/01/2025 a 21/01/2026), que contempla licença de videoconferência e webinar para no mínimo 600 participantes, com validade de 12 meses. (1193654)

6.4. Para o modelo de uso institucional, um único “host”/licença administrativa atende à realização dos eventos, considerando que os participantes são acessos convidados, e que a necessidade é concentrada na capacidade de sala/webinar e nos recursos de gestão/interação próprios da licença.

6.5. Não se identificou, no momento, necessidade de ampliação do quantitativo além de 01 (uma) licença anual, pois a demanda recorrente é suprida pela solução já adotada e os eventos são programados conforme o calendário de educação continuada

6.6. Dessa forma, adota-se 01 licença anual (12 meses) como quantitativo suficiente e adequado ao atendimento da necessidade atual do CRCRO.

## **7. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

7.1. Para subsidiar a definição da solução e do valor estimado, foi realizado levantamento de mercado por meio de:

7.2. (i) contratações similares na Administração Pública (PNCP),

7.3. (ii) Banco de Preços, e

7.4. (iii) parâmetro da contratação vigente no CRCRO, em conformidade com os parâmetros do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, que determina compatibilidade com valores praticados no mercado e admite o uso combinado de bases públicas e contratações similares.

7.5. Parâmetro interno (CRCRO – contratação vigente): item de licença de videoconferência e webinar para no mínimo 600 participantes (12 meses), no valor total de R\$ 7.000,00, no Contrato nº 03/2025 (vigência 22/01/2025 a 21/01/2026). (1193654)

7.6. Banco de Preços (base pública – referência CRA/ES): relatório de cotação para “licença de videoconferência com capacidade para 600 pessoas”, com preço estimado (média/mediana) de R\$ 6.270,00 (período de pesquisa 15/01/2026). (1193550)

7.7. Contratação similar (CRMV-BA): referência contratual com valor anual de R\$ 5.264,75 (parâmetro de mercado, capacidade inferior/variante do pacote). (1193543)

7.8. Contratação similar (prefeitura – capacidade superior): referência com Large Meetings 1.000 participantes (12 meses) com valor unitário anual de R\$ 8.918,22, utilizada apenas como baliza de teto por capacidade superior ao mínimo requerido. (1193464)

7.9. PNCP (FUNAG): registro de contratação que inclui Zoom + outra solução (DEEPL), valor global R\$ 6.744,86. (1193538)

7.10. Dessa forma, as referências coletadas indicam faixa de mercado compatível com a solução pretendida, permitindo formar estimativa e orientar negociação para garantir vantajosidade, sem desvio do objeto.

## **8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

8.1. Em atendimento ao disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, o valor previamente

estimado da contratação deve ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerando preços constantes de bancos de dados públicos, as quantidades a serem contratadas e, para serviços em geral, podendo ser definido por parâmetros adotados de forma combinada ou não, incluindo contratações similares e dados do PNCP.

8.2. Para fins de robustez e mitigação de distorções por variações de escopo/capacidade (ex.: 500, 600 e 1.000 participantes; pacote com item agregado), adotou-se como parâmetro principal a mediana dos valores anuais obtidos, por ser medida estatística menos sensível a extremos, registrando-se também as observações de comparabilidade.

Ref.	FONTE	DESCRIÇÃO	PRAZO	VALOR ANUAL
1	Banco de Preços – Relatório de Cotação	Licença de videoconferência/webinar, com referência a complemento de capacidade	12 meses	R\$ 6.270,00
2	PNCP – Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG)	Zoom Professional + Webinar (até 500) + item agregado (DeepL Advanced)	12 meses	R\$ 6.744,86
3	CRMV-BA – Contrato Adm. 028/25	Zoom Meetings + Zoom Webinar até 500 participantes	12 meses	R\$ 5.264,75
4	CRCRO – Contrato nº 03/2025 (vigente)	Licença de videoconferência/webinar para eventos institucionais (mesmo uso/necessidade)	12 meses	R\$ 7.000,00
5	Mun. Uberlândia – Contrato nº 319/2025	Zoom Pro anual + Large Meetings 1.000 participantes	12 meses	R\$ 8.892,00

8.3. Para considerar o valor estimado anual foi utilizado a mediana, o qual será o valor estimado de R\$ 6.744,86 (seis mil setecentos e quarenta e quatro reais e oitenta e seis centavos)

8.4. Registra-se que as fontes pesquisadas apresentam variações de pacote e capacidade (ex.: 500, 600 e 1.000 participantes), além de referência com item agregado, razão pela qual a mediana foi adotada como critério principal por reduzir influência de valores extremos, mantendo a estimativa aderente ao comando do art. 23 da Lei 14.133/2021 e lastreada em bancos de dados públicos/contratações públicas similares.

## 9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

9.1. A solução a ser contratada consiste em licenciamento anual (12 meses), na modalidade Software como Serviço (SaaS), de plataforma de comunicação por videoconferência/webinar, com capacidade para realização de eventos online de formação continuada, suportando no mínimo 600 (seiscentos) participantes simultâneos, com recursos de gestão e controle por conta institucional do CRCRO, durante toda a vigência contratual.

9.2. A solução deverá contemplar, no mínimo:

- Licença/conta institucional do tipo “anfitrião/administrador”, responsável por criar, configurar e conduzir reuniões/webinars;
- Capacidade mínima de público compatível com o requisito de 600 participantes simultâneos, com estabilidade e desempenho adequados;

- c) Recursos de gerenciamento do evento, tais como: agendamento, link de acesso, sala de espera/controle de entrada (quando aplicável), moderação, gerenciamento de áudio/vídeo, chat/QA (quando aplicável), compartilhamento de tela e funcionalidades necessárias à condução didático-institucional;
- d) Painel administrativo/relatórios, para fins de governança, acompanhamento e registro (ex.: lista de presença/participantes, relatórios de uso, métricas básicas do evento quando disponíveis);
- e) Compatibilidade com os ambientes usuais do CRCRO, permitindo acesso por navegador e/ou aplicativo, em equipamentos e sistemas operacionais amplamente utilizados.

9.3. A descrição da solução considera todo o ciclo de vida, desde a ativação até a finalização da vigência:

- a) Ativação/Provisionamento inicial: disponibilização da licença e habilitação da conta institucional do CRCRO, com parâmetros administrativos necessários;
- b) Operação contínua: uso rotineiro pela área demandante para execução dos eventos planejados, com suporte, atualizações e garantia de disponibilidade compatível com o serviço;
- c) Gestão de acessos e configurações: manutenção de perfis/permissões administrativas e parâmetros do ambiente, conforme governança interna;
- d) Encerramento/expiração: ao término da vigência, manter previsibilidade para renovação/contratação subsequente, evitando descontinuidade. Quando aplicável, assegurar condições para extração de relatórios e registros administrativos de uso, respeitadas limitações do fornecedor e regras de proteção de dados.

9.4. Ajustes durante a vigência, o qual a solução deverá permitir, quando tecnicamente aplicável e desde que formalmente demandado e justificado:

- a) Upgrade/downgrade de capacidade (ex.: alteração do limite de participantes), com ajuste proporcional de preço, se previsto contratualmente;
- b) Alterações cadastrais da conta institucional (ex.: e-mail administrador, perfil de responsáveis), sem interrupção relevante do serviço;
- c) Adequação de configurações de segurança e governança (ex.: políticas de autenticação e controles do evento), mantendo aderência aos requisitos do CRCRO.

9.5. Manutenção e assistência técnica

9.6. A atualização corretivas e evolutivas durante a vigência, sem custo adicional além do licenciamento contratado, preservando a compatibilidade e a continuidade do serviço;

9.7. Suporte técnico por canais oficiais (ex.: portal, e-mail, chat, telefone), com orientação para resolução de incidentes, falhas de acesso, instabilidade e dúvidas de configuração;

9.8. Base de conhecimento/documentação (manual, FAQs, guias), para apoiar operação institucional e reduzir dependência de atendimento reativo;

9.9. Mecanismos mínimos de disponibilidade e continuidade, compatíveis com a criticidade do uso para eventos institucionais (especialmente nos dias/horários dos eventos).

9.10. Entregáveis mínimos da solução

9.11. Com o resultado da contratação, espera-se, no mínimo:

9.12. Licença ativa por 12 meses, vinculada à conta institucional indicada pelo CRCRO;

9.13. Acesso administrativo ao painel/console de gestão da conta, com permissões necessárias ao setor demandante;

9.14. Confirmação formal de ativação, com identificação do plano/licença e período de

vigência;

9.15. Canais de suporte e orientações de acionamento;

9.16. Relatórios básicos de uso (quando disponíveis na solução contratada), para fins de controle interno e comprovação de utilização;

9.17. Faturamento/documentação fiscal conforme regras aplicáveis ao CRCRO.

## **10. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

10.1. A contratação em análise possui objeto único, consistente em 01 (uma) licença anual (12 meses) de solução de videoconferência/webinar com capacidade mínima de 600 (seiscentos) participantes simultâneos, destinada aos eventos de formação continuada do CRCRO.

10.2. Trata-se de solução prestada em regime de licenciamento (SaaS), cuja funcionalidade é integrada e indivisível para o fim a que se destina. Assim, não há possibilidade técnica de parcelamento do objeto, uma vez que:

a) o atendimento da necessidade depende de uma única licença/conta com capacidade e recursos correlatos (gestão do evento, controle de participantes, relatórios e suporte), os quais compõem a própria natureza do produto licenciado;

b) Eventual fracionamento por “módulos” ou por períodos/eventos descaracterizaria a solução pretendida, elevaria o custo administrativo e aumentaria o risco de descontinuidade/incompatibilidades, sem ganho de economicidade ou de competitividade.

10.3. Diante disso, conclui-se que a contratação deve ocorrer sem parcelamento, em item único, por se tratar de objeto indivisível e necessário à continuidade das ações institucionais de formação continuada.

## **11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

11.1. Continuidade da realização de eventos de formação continuada (cursos, palestras, workshops e seminários) em formato virtual e/ou híbrido, sem interrupções por ausência de ferramenta adequada.

11.2. Ampliação de alcance e participação do público-alvo, viabilizando eventos com grande quantitativo de participantes simultâneos, compatível com a demanda institucional.

11.3. Padronização do ambiente tecnológico utilizado nos eventos, reduzindo improvisações e garantindo previsibilidade operacional (agendamento, acesso, condução e encerramento).

11.4. Melhoria da experiência do participante, mediante estabilidade de transmissão, recursos de interação e organização do evento (moderação, chat, controles e relatórios quando disponíveis).

11.5. Eficiência administrativa, reduzindo custos indiretos associados à logística presencial e ao retrabalho decorrente de falhas de plataforma ou limitações técnicas.

11.6. Rastreabilidade e governança, com possibilidade de geração de relatórios/indicadores de participação e uso, para fins de prestação de contas, controle interno e melhoria contínua.

11.7. Para fins de acompanhamento e verificação do atingimento dos resultados, propõem-se, no mínimo, os seguintes indicadores:

11.8. Disponibilidade operacional da solução durante os eventos programados (realização sem interrupções relevantes atribuíveis à plataforma).

11.9. Capacidade atendida: realização de eventos com público compatível com o requisito (até o limite mínimo exigido, conforme planejamento do setor demandante).

11.10. Regularidade do calendário: manutenção do número/quantidade de eventos planejados no período, sem cancelamentos por ausência de licença.

11.11. Relatórios e evidências de execução: obtenção de relatórios de participantes e/ou

registros de transmissão (quando disponíveis na solução contratada) para comprovação da execução e suporte à gestão.

11.12. Dessa forma, a solução possibilita a condução de eventos de formação continuada com escala, controle, qualidade e segurança operacional, assegurando maior efetividade das ações educacionais e contribuindo para o cumprimento das finalidades institucionais do CRCRO, com melhor relação custo-benefício e redução de riscos de descontinuidade.

## **12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES**

12.1. Não há contratações correlatas ou interdependentes.

## **13. IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS**

13.1. Possíveis impactos ambientais identificados:

- a) Consumo indireto de energia elétrica associado ao uso de equipamentos dos usuários (computadores, celulares) e à infraestrutura de rede/servidores para transmissão dos eventos;
- b) Geração indireta de resíduos eletrônicos (e-lixo) apenas no longo prazo, relacionada à renovação natural de equipamentos de TI utilizados para acesso/transmissão (não integrante do objeto);
- c) Tráfego de dados e consequente uso de recursos computacionais (impacto indireto da atividade digital).

13.2. Medidas mitigadoras e boas práticas recomendadas

- a) Preferência por formato remoto/híbrido quando adequado, pois a realização de eventos online tende a reduzir deslocamentos e custos associados (combustível, logística e impressões), contribuindo indiretamente para menor emissão de carbono;
- b) Planejamento de eventos e uso racional da ferramenta, evitando transmissões redundantes e incentivando gravações/reaproveitamento de conteúdo quando aplicável, reduzindo consumo desnecessário de energia e tráfego de dados;
- c) Boas práticas de TI sustentável, a serem observadas pelo CRCRO e usuários internos: uso de equipamentos em modo economia, desligamento quando não utilizados e manutenção preventiva;
- d) Gestão adequada de equipamentos (fora do escopo desta contratação), com descarte ambientalmente correto de resíduos eletrônicos conforme regras aplicáveis, quando houver substituição de equipamentos de TI.

13.3. Diante da natureza digital/online do objeto, conclui-se que a contratação apresenta baixo impacto ambiental direto, sendo suficientes as medidas mitigadoras propostas, especialmente a adoção de boas práticas de uso e a valorização do formato virtual/híbrido como alternativa sustentável de realização de eventos institucionais.

## **14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

14.1. Diante das informações consolidadas neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação de 01 (uma) licença anual (12 meses) de solução de videoconferência/webinar, com capacidade mínima de 600 (seiscentos) participantes simultâneos, destinada aos eventos de formação continuada do CRCRO, mostra-se adequada, necessária e proporcional para atendimento do interesse público envolvido.

14.2. A demanda está devidamente caracterizada (continuidade de serviço essencial às ações finalísticas), com requisitos técnicos mínimos definidos, estimativa de quantitativo justificada e valor estimado formado a partir de referências de mercado e parâmetros públicos, em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 (compatibilidade com o mercado e uso de bases públicas/contratações similares).

14.3. Considerando, ainda, que:

14.4. o objeto é indivisível, não comportando parcelamento em razão de sua natureza de licenciamento integrado;

14.5. a solução é recorrente e necessária para evitar descontinuidade após o término do contrato vigente (Contrato nº 03/2025, com fim em 21/01/2026);

14.6. o levantamento de mercado demonstrou existência de oferta compatível e preços dentro de faixa coerente com as contratações públicas analisadas;

14.7. registra-se o posicionamento conclusivo favorável quanto à viabilidade e adequação da contratação, recomendando-se o prosseguimento do processo para elaboração/atualização do Termo de Referência e adoção do procedimento de contratação cabível, observadas as etapas da fase preparatória e demais exigências da Lei nº 14.133/2021.

14.8. Por fim, declara-se que a solução proposta atende aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço, com benefícios diretos à execução das atividades de formação continuada do CRCRO, sendo, portanto, recomendável e alinhada ao planejamento institucional.

Porto Velho, data e hora do sistema.

**DANIELA DOS SANTOS SALES**

Equipe de Planejamento

**FLÁVIO DIAS JÚNIOR**

Equipe de Planejamento

**VIVEN ANE MEDEIROS REBELO LIMA**

Diretora Executiva

**CONTADORA ROSÂNGELA DE OLIVEIRA**

Vice-Presidente de Administração e Finanças



Documento assinado eletronicamente por **Daniela dos Santos Sales, Gerente**, em 19/01/2026, às 17:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flávio Dias Junior, Coordenador**, em 19/01/2026, às 17:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---





Documento assinado eletronicamente por **Viven Ane Medeiros Rebelo Lima, Diretora Executiva**, em 20/01/2026, às 09:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Rosângela de Oliveira, Vice-Presidente**, em 20/01/2026, às 13:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.cfc.org.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.cfc.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1192749** e o código CRC **46F78959**.

---



**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 319/2025**

**INSTRUMENTO CONTRATUAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA E LATAMSUL IMPORTACAO SERVICOS E COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA.**

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - PARTES E FUNDAMENTO**

1.1) CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA, por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, representada por **TANIA MARIA DE SOUZA TOLEDO**, brasileiro(a), residente e domiciliado(a) nesta cidade, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos artigos 40 e 41 da Lei Complementar Municipal nº 751, de 15 de março de 2023, c/c o inciso VIII do artigo 24 do Decreto Municipal nº. 20.154 de 1º de fevereiro de 2023, e inciso IV, do artigo 2º do Decreto Municipal nº 21.567, de 1º de janeiro de 2025.

1.2) CONTRATADO – **LATAMSUL IMPORTACAO SERVICOS E COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA.**, empresa estabelecida na AVENIDA ANGÉLICA, 1814 - CONSOLAÇÃO - SÃO PAULO/SP - CEP: 01.228-200, inscrita no CNPJ nº 23.692.857/0001-15, neste ato representada por **CLAYTON AMADEU DA SILVA**, empresário, conforme atos constitutivos da empresa apresentados nos autos do processo de contratação.

1.3) FUNDAMENTO - A presente contratação decorre da Licitação **Pregão Eletrônico nº 144/2025**, homologada em 16/05/2025, fundamentada na Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 20.154, de 1º de fevereiro de 2023 e demais normas pertinentes, bem como pelas disposições contidas neste instrumento.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E PREÇOS**

2.1. O objeto do presente instrumento é a prestação de serviços contínuos de fornecimento de licenças do software de videoconferência em nuvem (cloud) e licença Large Meetings 1.000 (um mil) participantes – Zoom Meetings Pro – Anual, incluindo suporte técnico, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

2.2. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID MEDIDA	QUANT	VLR UNIT (R\$)	VLR UNIT TOTAL (R\$)
1	Licença de plataforma de videoconferência em nuvem (cloud) Zoom Meetings Pro – Anual, pelo período de 12 (doze) meses, incluindo suporte técnico.	MO	01	1.160,00	1.160,00
2	Licença Large Meetings 1.000 (mil) participantes do software Zoom Meetings Pro – Anual, pelo período de 12 (doze) meses, incluindo suporte técnico.	MO	01	7.732,00	7.732,00
<b>VALOR GLOBAL ANUAL (R\$)</b>					<b>8.892,00</b>

2.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:



2.3.1. O Termo de Referência;

2.3.2. O Edital da Licitação ou instrumento de contratação direta equivalente;

2.3.3. A Proposta do contratado;

2.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2.4. Em caso de divergência entre este instrumento e as disposições do Termo de Referência, prevalecerá o disposto no Termo de Referência.

2.5. O valor total/global da contratação é de R\$8.892,00 (Oito Mil, Oitocentos e Noventa e Dois Reais).

2.6. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.7. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos, com observância dos valores unitários definidos na proposta comercial da empresa.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

3.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

3.1.1. O gestor de contratos deverá atestar a vantagem da manutenção do contrato a cada exercício financeiro.

3.2. A eficácia do contrato se opera a partir da publicação do mesmo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

3.2.1. A execução contratual só poderá se iniciar após a publicação referida no subitem anterior.

### **4. CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de fiscalização, gestão e de execução, assim como os prazos e condições de entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **5. CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO**

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento e demais condições referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REVISÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis, podendo ser repactuados e/ou reajustados, mediante critérios estabelecidos no Termo de Referência, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

### **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**



8.1. As obrigações do contratante foram definidas no termo de referência que instruiu o processo de contratação de origem, sendo parte integrante e indissociável deste contrato, independente de reprodução.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O contratado deverá cumprir fielmente todas as obrigações estipuladas no termo de referência.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA- GARANTIA DE EXECUÇÃO**

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações descritas no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e, ainda, de qualquer outro descumprimento de cláusula editalícia, contratual ou da legislação referente à licitações e contratações públicas.

11.2. Na aplicação das sanções, além das disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021, deverão ser observados os procedimentos dispostos no Decreto nº 20.154, de 2023.

11.3. Na aplicação das sanções, conforme resultado apurado em procedimento administrativo, em que sejam oportunizados a ampla defesa e o contraditório, serão considerados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, a natureza e a gravidade da infração, os danos que o cometimento da infração ocasionar à Administração Pública, ao serviço e aos usuários, a vantagem auferida em virtude da infração, as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes e os antecedentes do licitante ou contratado.

11.4. A cobrança de eventual valor referente às multas aplicadas será realizada nos termos do artigo 137 do Decreto nº 20.154, de 2023, caso não tenham sido estabelecidas outras hipóteses de multa no Termo de Referência.

11.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa e, na hipótese de cumulação, serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à penalidade mais gravosa.

11.5.1. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente nos termos da legislação municipal pertinente.

11.6. A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação do Contratado de indenizar integralmente eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.

11.7. As sanções aplicadas serão informadas ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, ou outro que vier a substituí-los, nos termos do artigo 161 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos no Decreto Municipal nº 20.154, de 2023.



## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

12.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. De indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, conforme art. 131, *caput*, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária Anual deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade: 07 01

II. Fonte de Recursos: 1500000

III. Programa de Trabalho: 12 122 2005 2 077

IV. Elemento de Despesa: 3 3 90 40

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, no Decreto Municipal nº 20.154, de 2013 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei Federal nº 12.527, de 2011.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO**

17.1. Fica eleito o Foro deste Município de Uberlândia para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

E por estarem plenamente de acordo com todas as cláusulas e condições assinam as partes este instrumento assinado eletronicamente, para que produzam seus efeitos jurídicos, comprometendo-se a cumprir o presente tão inteira e fielmente como nele se contém.

### **Assinaturas com Certificado**

#### **EXECUTOR DO SETOR - EDUCAÇÃO**

Doc. vistado digitalmente por Barbara Goncalves de Figueiredo - 11377592677

Certificado: \*\*2245f679\*\*\*\*\*8f389f47\*\*61986\*\*\*\*\*b2c55 - Certificado Interno

Data Validade Certificado: 18/10/2025

Data: 26/05/2025 13:26:13



#### **DIRETOR DO SETOR - EDUCAÇÃO**

Doc. vistado digitalmente por Karius Lemes Rodrigues - 01638811628

Certificado: \*\*75612f45\*\*\*\*\*3428e70d\*\*9b3e2\*\*\*\*\*4242f - Certificado Interno

Data Validade Certificado: 14/01/2026

Data: 26/05/2025 13:48:34



#### **ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA**

Doc. vistado digitalmente por Marco Tulio de Castro Caliman - 10353525677

Certificado: \*\*0221f9db\*\*\*\*\*a8e871c5\*\*baa7c\*\*\*\*\*5b68c - Certificado Interno

Data Validade Certificado: 21/05/2026





Data: 26/05/2025 15:10:01



---

**ASSESSORIA JURÍDICA SECRETARIA**

Doc. vistado digitalmente por Paulo Cesar Alves - 46539409672

Certificado: \*\*2598f506\*\*\*\*\*0efe93da\*\*27c02\*\*\*\*\*9fc1d - Certificado Interno

Data Validade Certificado: 14/01/2026

Data: 28/05/2025 14:32:45



---

**ASSINATURA ASSESSOR JURIDICO**

Doc. vistado digitalmente por Paulo Cesar Alves - 46539409672

Certificado: \*\*2598f506\*\*\*\*\*0efe93da\*\*27c02\*\*\*\*\*9fc1d - Certificado Interno

Data Validade Certificado: 14/01/2026

Data: 28/05/2025 14:33:11



---

**ASSINATURA SECRETÁRIO(A)**

Doc. ass. digitalmente por Tania Maria de Souza Toledo - 80751580678

Certificado: \*\*IBljANBg\*\*\*\*\*wLGYwbyg\*\*gT9Vi\*\*\*\*\*DAQAB - ICP BRASIL

Data Validade Certificado: 03/01/2026

Data: 28/05/2025 15:33:14



---

**ASSINATURA CONTRATADO(A)**

Doc. ass. digitalmente por Latamsul Importacao Servicos E Comercio de Eletro - 23692857000115

Certificado: \*\*IBljANBg\*\*\*\*\*ty2eoGu7\*\*7XQMS\*\*\*\*\*DAQAB - ICP BRASIL

Data Validade Certificado: 28/11/2025

Data: 30/05/2025 07:02:50



**DOCUMENTOS  
DA  
TRAMITAÇÃO  
ANEXADOS**



**EDITAL DE LICITAÇÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 144/2025**  
**(Processo Administrativo nº. 24.452)**

**ANEXO II - PROPOSTA**

**1) DO OBJETO**

1.1) O objeto da presente licitação é o fornecimento de licenças do software de videoconferência em nuvem (cloud) e licença Large Meetings 1.000 (um mil) participantes – Zoom Meetings Pro – Anual, incluindo suporte técnico, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1 Proposta que faz a empresa LATAMSUL IMPORTAÇÃO SERVIÇOS E COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS LTDA, inscrita no CNPJ n.º 23.692.857/0001-15 e inscrição estadual n.º 141.577.465-118, estabelecida na Av. Angélica, 1814 - cj. 905 - Consolação - São Paulo/SP, CEP: 01228-200, para a prestação do serviço descrito abaixo, de acordo com todas as especificações e condições do Pregão Eletrônico n 144/2025:

ITEM	MPE OU AC	ESPECIFICAÇÃO	CADASTRO	UNID MEDID A	QUANT	VALOR UNIT ANUAL R\$	VALOR TOTAL ANUAL R\$
1	MPE*	Licença de plataforma de videoconferência em nuvem (cloud) Zoom Meetings Pro – Anual, pelo período de 12 (doze) meses, incluindo suporte técnico.	1008256	MO	01	R\$ 1.160,00	R\$ 1.160,00

2	MPE*	Licença Large Meetings 1.000 (mil) participantes do software Zoom Meetings Pro – Anual, pelo período de 12 (doze) meses, incluindo suporte técnico.	1008257	UN	01	R\$ 7.732,00	R\$ 7.732,00
---	------	---	---------	----	----	--------------	--------------

**VALOR TOTAL PROPOSTA: R\$8.892,00 ( Oito mil, oitocentos e noventa e dois reais ).**

**Validade da Proposta: 90 dias.**

**Prazo de entrega:**

**Declaramos sob as penalidades da Lei, e para fins de participação no processo licitatório acima referenciado que:**

- Proposta ATENDE ÀS ESPECIFICAÇÕES e todas as exigências constantes no Edital e seus anexos, sendo que nos preços propostos estão inclusos todos os tributos, taxas, fretes, embalagens, seguros e todas as demais despesas necessárias ao perfeito cumprimento da obrigação objeto da contratação em referência;
- Que a apresentação da presente proposta implica na plena aceitação das condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.
- Cumprimos plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos nesta contratação.

### **3. DADOS DA CONTRATADA:**

#### **1. FORNECEDOR**

**CNPJ: 23.692.857/0001-15**

**RAZÃO SOCIAL: LATAMSUL IMPORTAÇÃO SERVIÇOS E COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS LTDA**

**ENDEREÇO: Av. Angélica, 1814 - cj. 905 - Consolação - São Paulo/SP, CEP: 01228-200**

**DADOS BANCÁRIOS: BANCO: ITAÚ - AG. 0186- C/C 04406-1**



**OPTANTE PELO SIMPLES: NÃO**

**TEL: 11-983328287 / 11 99987-3932**

**Email: [clayton.silva@latamsul.com.br](mailto:clayton.silva@latamsul.com.br)**

**Web site: [www.latamsul.com.br](http://www.latamsul.com.br)**

**Representante Legal:**

**Clayton Amadeu da Silva**

**Cargo/Função: Sócio-Administrador**

**RG. 13.343.440-4 / SSP/SP - CPF. 021.604.358-13**

**Naturalidade: São Paulo/SP**

**Tel. 11 99987-3932**

**Email: [clayton.silva@latamsul.com.br](mailto:clayton.silva@latamsul.com.br)**

**São Paulo, 13 de Maio de 2025.**



Documento assinado digitalmente

**PRISCILLA KELEN FERNANDES DE MORAES**

Data: 13/05/2025 14:44:45-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**PRISCILLA KELEN FERNANDES DE MORAES**

**PROCURADOR**

**RG. 30.205.6373 / CPF. 258.837.008-02**

Nome Arquivo: Proposta PE 144 2025 LATAM SUL.pdf

Data: 21/05/2025 16:53:43

**ASSINATURA DIGITAL**

**7f29ed85ec893484a78b46171dcfd200**

# **LICENÇAS DO SOFTWARE DE VIDEOCONFERÊNCIA EM NUVEM (CLOUD) ZOOM MEETINGS**

## Sumário

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO.....	3
Valor Estimado .....	3
Prazo de Vigência.....	4
Do Reajuste Contratual.....	4
2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO .....	5
3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO, ESPECIFICAÇÕES ADICIONAIS .....	5
4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.....	5
Sustentabilidade:.....	5
Indicação de marcas ou modelos: .....	5
Da exclusividade de participação de ME e EPP .....	5
Da participação de consórcios .....	5
Da participação de cooperativas .....	6
Da Subcontratação .....	6
Da Cláusula Anticorrupção .....	6
5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO .....	7
Condições de Execução .....	7
Materiais a serem disponibilizados .....	8
Informações relevantes para o dimensionamento da proposta .....	8
6. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA DO SERVIÇO .....	8
7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO .....	8
Do Preposto .....	10
8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO .....	10
Liquidação .....	12
Prazo de pagamento.....	14
Forma de pagamento .....	14
9. OBRIGAÇÕES DAS PARTES .....	15
Obrigações do Contratante .....	15
Obrigações do Contratado .....	16
10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DE PARCELAMENTO .....	17
Forma de seleção .....	17
Critério de julgamento da proposta .....	18
Exigências de habilitação .....	18
Habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista .....	18
11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	18

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**
**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Contratação de serviços de fornecimento de licenças do software de videoconferência em nuvem (cloud) e licença Large Meetings 1.000 (um mil) participantes – Zoom Meetings Pro – Anual, incluindo suporte técnico, pelo período de 12 (doze) meses nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	MPE Ou AC	ESPECIFICAÇÃO	CADASTRO	UNID MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO ANUAL R\$	VALOR TOTAL ANUAL R\$
1	MPE*	Licença de plataforma de videoconferência em nuvem (cloud) Zoom Meetings Pro – Anual, pelo período de 12 (doze) meses, incluindo suporte técnico.	1008256	MO	01	1.335,35	1.335,35
2	MPE*	Licença Large Meetings 1.000 (mil) participantes do software Zoom Meetings Pro – Anual, pelo período de 12 (doze) meses, incluindo suporte técnico.	1008257	UN	01	8918,22	8918,22
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO						R\$ 10.253,57	
*Item reservado para Micro e Pequenas Empresas							

1.2. O objeto desta contratação se caracteriza como comum, seus padrões de desempenho e de qualidade foram definidos por meio de especificações usuais do mercado com disponibilidade para compra ou contratação a qualquer momento. Além disso se configura como solução já adotada na Administração Pública e permite julgamento objetivo pelo menor preço.

**Valor Estimado**

1.3. Os preços foram formados conforme Relatório de Pesquisa de Preços, que compõe a documentação anexa ao processo que instrui esta demanda.

1.4. O custo estimado total da contratação é de R\$ 10.253,57 (dez mil duzentos e cinquenta e três reais e cinquenta e sete centavos), conforme custos unitários anuais apostos na tabela acima.

#### **Prazo de Vigência**

O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.5.1. O empenho deverá ser renovado a cada exercício.

1.5.2. A vantajosidade econômica da manutenção da contratação deverá ser atestada a cada exercício pelo gestor do contrato.

1.5.3. Caso a manutenção do contrato se torne desvantajosa, poderá ser procedida sua extinção, sem ônus, pelo gestor do contrato, nos termos do art. 106, inciso III e §1º da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.5.4. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que sua interrupção pode comprometer a continuidade das atividades da Administração, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando que a necessidade de contratação deve estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente.

#### **Do Reajuste Contratual**

1.6. O preço definido no instrumento contratual será fixo e irrevogável pelo período de 12 (doze) meses, contados da data da consolidação do orçamento estimado;

1.7. É facultado o reajuste em sentido estrito, a pedido da contratada, contemplando a variação do INPC após 12 (doze) meses da data da consolidação do orçamento estimado, devendo o pedido ser formulado antes do advento da data base referente ao reajuste subsequente, sob pena de o silêncio ser interpretado como renúncia presumida;

1.8. Os efeitos financeiros do reajuste em sentido estrito serão devidos a partir da solicitação da contratada;

1.9. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

1.10. A data de consolidação do orçamento é: 11/02/2025.

1.11. Havendo reequilíbrio econômico-financeiro do contrato ou alteração do preço da ata de registro de preços com reflexo no contrato, ocorrerá a modificação da data-base, passando a mesma a coincidir com a data de concessão do reequilíbrio, sendo que os próximos reajustamentos anuais serão considerados a partir de então.

1.12. A Contratada poderá solicitar o reajuste a qualquer tempo durante a vigência do contrato, até a data da prorrogação de sua vigência, observado o disposto no subitem nº 1.7 deste Termo.



1.13. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento do reajuste e/ou reequilíbrio solicitado tempestivamente, hipótese em que será concedido por meio de termo indenizatório.

1.14. Caso a Contratada não requeira tempestivamente o reajuste e prorogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO, ESPECIFICAÇÕES ADICIONAIS**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade:**

4.1. Não incidem critérios de sustentabilidade na presente licitação, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.

### **Indicação de marcas ou modelos:**

4.2. Fundamentando-se no art. 41, inciso I, alíneas b e c da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a presente contratação admite a indicação de licença específica à plataforma Zoom Meetings de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares.

### **Da exclusividade de participação de ME e EPP**

4.3. A presente licitação será exclusiva para participação de empresas enquadradas como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, tendo em vista o enquadramento no art. 48, inciso I da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

### **Da participação de consórcios**

4.4. A vedação à participação de empresas consorciadas ou agrupadas justifica-se porque o Município de Uberlândia coaduna com o entendimento de que a admissão de consórcios nas licitações é recomendada quando o objeto licitado for considerado de alta complexidade ou vulto, pois nestes casos está diretamente relacionada com a ampliação da competitividade, no sentido de permitir a participação de empresas que, isoladamente, não atenderiam a todos os requisitos de qualificação técnica e/ou econômico-financeira exigidos no instrumento convocatório. Em se tratando de licitações destinadas à aquisição de equipamento e/ou contratação de serviços comuns, não se vislumbra restrição no universo de possíveis licitantes, pois as empresas

participantes, em sua maioria, já apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira para a execução de contratos dessa natureza. Nestes casos, portanto, a vedação à participação de consórcios não acarretará em prejuízos à competitividade do certame, muito pelo contrário, o objetivo é justamente evitar que a reunião de empresas por meio de consórcios, quando poderiam estar ofertando lances de modo individual, reduza o número de licitantes com propostas independentes, o que diminuiria, conseqüentemente, a concorrência, não sendo demais atentar quanto ao aumento da possibilidade de cartelização do mercado para manipular os preços nas licitações.

#### **Da participação de cooperativas**

4.5. A vedação à participação de Sociedades Cooperativas justifica-se devido à natureza comum e à baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecerem os materiais de forma independente.

#### **Da Subcontratação**

4.6. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **Da Cláusula Anticorrupção**

4.7. Em atendimento ao Decreto Municipal nº 18.389/2019, para esta contratação, a CONTRATADA declara conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação, dentre elas, a Lei Anticorrupção (Lei Federal nº 12.846/2013) e o Decreto Municipal nº 18.389/2019 e se compromete a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por ela contratados.

4.8. As Partes declaram que manterão até o final da vigência deste contrato conduta ética, honesta e transparente na execução do objeto do presente instrumento.

4.9. A CONTRATADA se obriga a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Contrato:

4.9.1. Não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente;

4.9.2. Adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por ela contratados;

4.9.3. Não empregar, direta ou mediante contrato de serviços ou qualquer outro instrumento, trabalho escravo ou infantil, salvo as exceções legalmente admitidas;

4.9.4. Participar de todos e quaisquer treinamentos eventualmente oferecidos pela CONTRATANTE que sejam relativos a qualquer aspecto que consta da lei anticorrupção ou políticas internas de integridade da CONTRATANTE.

4.10. A CONTRATADA se obriga a comunicar imediatamente a CONTRATANTE, por escrito, caso tome conhecimento de que algum pagamento impróprio tenha sido realizado, direta ou indiretamente, por um de seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por ela contratados. (Redação dada pelo Decreto Municipal nº 20234/2023)

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de Execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 05 dias úteis da assinatura do contrato;

5.1.2. A entrega da licença será efetuada através de conta institucional de e-mail do órgão, juntamente com as instruções para acesso ao site do fabricante, onde poderá ser efetuado o download dos Softwares e cadastro da senha de uso.

5.1.3. As licenças serão recebidas após a verificação da quantidade e da qualidade da prestação, e consequente aceitação, que deverá acontecer em até 03 (três) dias úteis, contados a partir do recebimento.

5.1.4. A entrega das licenças será feita em etapa única, ficando a Contratada posteriormente à disposição apenas para eventuais suportes técnicos relacionados ao uso e configurações da solução disponibilizada durante todo o período de vigência da licença contratada.

## **Materiais a serem disponibilizados**

5.2. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar todos os dados de acesso necessários à plataforma, bem como, formas de contato para prestação de suporte.

## **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.3. A demanda do órgão tem como base as características estipuladas nos Estudos Técnicos Preliminares.

## **6. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA DO SERVIÇO**

6.1. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da ativação definitiva das licenças.

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato e, quando for o caso pelo fiscal administrativo, ou pelos respectivos substitutos, designados conforme o Decreto Municipal nº 20.154, de 1º de fevereiro de 2023.

7.7. O fiscal acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no instrumento, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. O fiscal anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências

relacionadas à execução do objeto, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.7.1. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.7.2. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

7.8. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

7.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.9.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.9.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido nos termos do art. 133 do Decreto Municipal nº 20.154/2023

7.10. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.11. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

### **Do Preposto**

7.12. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

7.13. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

7.14. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

8.1. Além do previsto neste termo, os procedimentos a serem adotados nos processos de liquidação e pagamento deverão observar o disposto na Portaria Conjunta SMF/CGM nº 19, de 13 de setembro de 2023.

8.2. A avaliação da execução do objeto utilizará como critério de pagamento a perfeita execução do serviço, o cumprimento do prazo previsto e demais especificações contidas neste Termo de Referência.

8.2.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

8.2.1.1. não produzir os resultados acordados,

8.2.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

8.2.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

### **Do Recebimento**

8.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 03 (três) dias úteis, pelos fiscais, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

8.3.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.3.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

8.3.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

8.3.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal administrativo do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.4.1. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.4.2. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.4.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.4.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.5. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para adotar as providências cabíveis.

8.6. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, pelo fiscal do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os procedimentos

previstos no Decreto Municipal nº 20.154/2023 ou outro instrumento que vier a substituí-lo ou regulamentá-lo.

8.7. Para os itens de contratação cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

8.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.9. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.11. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.12. O recebimento/aprovação dos serviços pela Secretaria Municipal de Educação não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade dos serviços ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se à Administração as faculdades previstas no artigo 18 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 e suas alterações.

### **Liquidação**

8.13. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 125, inciso I do Decreto Municipal nº 20.154 de 1º de fevereiro de 2023.

8.13.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

8.14. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;



- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.15. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.16. Haverá retenção na fonte do imposto de renda – IR, nos termos do Decreto Municipal nº 20.086/2022 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 1.234/2012, e suas alterações, da Receita Federal, inclusive no que se refere às isenções.

8.17. As notas fiscais deverão ser emitidas em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa nº 1234/2012, e suas alterações, da Receita Federal, conforme dispõe o Decreto Municipal nº 20.086/2022, sob pena de não aceitação por parte do contratante.

8.18. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006 não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.19. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei Federal nº 14.133/ 2021](#).

8.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF, ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.21. Constatando-se, junto ao SICAF, ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

8.25. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 125, inciso II do Decreto Municipal nº 20.154 de 1º de fevereiro de 2023.

8.25.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)

8.26. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$EM = I \times N \times VP$$

sendo:

I – Índice de Compensação Financeira, capitalizado diariamente em regime de juros simples, à taxa nominal de 6,0% (seis por cento) ao ano, ou de 0,5% (meio por cento) ao mês.

Cálculo do parâmetro “I”

$I = (TX/100) / 365 = (6/100) / 365 = 0,00016438$ .

TX = 6,0% a.a.

VP = Valor do pagamento, ou da parcela em atraso.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

#### **Forma de pagamento**

8.27. O pagamento será realizado em parcela única equivalente às licenças anuais.

8.28. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.29. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.30. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista nas legislações aplicáveis e conforme previsto neste documento.

8.30.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.31. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar Federal nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.32. Não serão retidos os valores correspondentes ao IR, conforme hipóteses do art.4º, IN 1.234/2012.

## **9. OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **Obrigações do Contratante**

9.1. São obrigações do Contratante:

9.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

9.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

9.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.9. Cientificar o órgão de representação judicial, quando for o caso, para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

9.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações, inclusive sobre eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

9.11. Deverá ser observado o prazo de 01 (um) mês, contado da data do protocolo do requerimento, fixado no art. 112 do Decreto Municipal nº 20.154, de 2023, caso não haja

disposição legal ou prazo específico estabelecido no Termo de Referência, sendo admitida a prorrogação uma vez, por igual período, desde que motivado;

9.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **Obrigações do Contratado**

9.14. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.15. Entregar o objeto nas quantidades, prazos e condições pactuadas, acompanhado do manual, folders, catálogo, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso;

9.16. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078, de 1990);

9.17. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, caso não tenha sido fixado prazo diverso no Termo de Referência;

9.18. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.19. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.20. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.21. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação.

9.22. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.23. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja

inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.24. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, quando não for definido prazo diverso no Termo de Referência, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

9.25. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.26. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021);

9.27. Quando solicitado, comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021);

9.28. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.29. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, inc. II, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

9.30. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.31. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência, se for o caso;

9.32. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato, quando aplicável;

9.33. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

9.34. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do termo de referência ou instrumento  
conçênere.

## **10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DE PARCELAMENTO**

### **Forma de seleção**

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento escolhido pela Unidade Central de Compras, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global.

10.1.1. O não parcelamento foi determinado conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

#### **Critério de julgamento da proposta**

10.2. Serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima do orçamento estimado após todas as etapas de negociação.

#### **Exigências de habilitação**

10.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante atender os itens a seguir.

10.3.1. Em caso de contratação de ME ou EPP cuja natureza do serviço vede o recolhimento na forma do SIMPLES NACIONAL nos termos do art. 17 da Lei Complementar Federal nº 123/2006, a mesma deverá, nos moldes e prazos estabelecidos na Receita Federal, promover seu desenquadramento do Simples Nacional, na forma do art. 30, § 1º, inc. II, da mesma Lei.

#### **Habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista**

10.4. Serão exigidos para fins de habilitação jurídica os documentos previstos no Apêndice

### **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. A despesa decorrente desta licitação correrá por conta da dotação orçamentária do orçamento em vigor, aprovado pela Lei Orçamentária Anual relativa ao exercício financeiro vigente:

07-12.122.2005.2.077-3.3.90.40-07.01 - Fonte 1500000 (Bco.: 104, Ag.: 3961, CC: 155-7)

Uberlândia, 21 de fevereiro de 2025.



## TERMO DE REFERÊNCIA

**Nome Arquivo: Termo de Referência - Zoom 2025.pdf**

**Documento assinado de forma digital por BARBARA GONCALVES DE FIGUEIREDO**

**Certificado: \*\*2245f679\*\*\*\*\*8f389f47\*\*61986\*\*\*\*\*b2c55**

**Data: 27/03/2025 16:49:09**

**Documento assinado de forma digital por Karius Lemes Rodrigues**

**Certificado: \*\*75612f45\*\*\*\*\*3428e70d\*\*9b3e2\*\*\*\*\*4242f**

**Data: 27/03/2025 16:52:06**

**Documento assinado de forma digital por Tania Maria de Souza Toledo**

**Certificado: \*\*IBljANBg\*\*\*\*\*wLGYwbyg\*\*gT9Vi\*\*\*\*\*DAQAB**

**Data: 28/03/2025 12:37:03**



**20251027745NRT**



**Nome Arquivo: Anexo III - Termo de Referência com Apêndice PE 144-2025.pdf**

**Documento assinado de forma digital por Tania Maria de Souza Toledo**

**Certificado: \*\*IBljANBg\*\*\*\*\*wLGYwbyg\*\*gT9Vi\*\*\*\*\*DAQAB**

**Data: 15/04/2025 18:18:04**



**20251042460JOC**

Nome Arquivo: Termo de Referencia PE 144 2025.pdf

Data: 21/05/2025 16:53:48

**ASSINATURA DIGITAL**

**edf2cd4fb2e1ce1ab23343508c29ea16**

## TERMO DE TITULARIDADE

À

Secretaria Municipal de Educação  
Núcleo de Contratos – Prefeitura Municipal

Referente ao Contrato nº 319/2025

Eu, Clayton Amadeu da Silva, inscrito no CPF nº 021.604.358-13, declaro, na qualidade de responsável legal da empresa LATAMSUL IMPORTAÇÃO SERVIÇOS E COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 23.692.857/0001-15, que sou o titular do certificado digital e-CNPJ utilizado para a assinatura do Contrato nº 319/2025 firmado com esta Prefeitura.

Declaro, ainda, que sou o representante legal da referida empresa, conforme consta nos registros da Receita Federal do Brasil e no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

Por ser verdade, firmo o presente para os devidos fins.

São Paulo, 02 de June de 2025.



Clayton Amadeu da Silva  
Diretor  
LATAMSUL IMPORTAÇÃO SERVIÇOS E COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS LTDA  
CNPJ: 23.692.857/0001-15  
CPF: 021.604.358-13

Nome Arquivo: Termo\_de\_Titularidade\_LATAMSUL 2.pdf

Data: 04/06/2025 15:14:45

**ASSINATURA DIGITAL**

**c63c41931d61ad7f66416c57853547c2**

[Home](#) > [Contratos](#)

# Contrato nº 00003/2025



Última atualização 02/09/2025



[Pesquisar](#) [Entrar](#)

**Local:** Brasília/DF    **Órgão:** FUNDACAO ALEXANDRE DE GUSMAO

**Unidade executora:** 244001 - FUNAG-FUNDACAO ALEXANDRE GUSMAO/DF

**Tipo:** Outros    **Receita ou Despesa:** Despesa    **Processo:** 09100.000105/2025-71    **Categoria do processo:** Serviços

**Data de divulgação no PNCP:** 21/05/2025    **Data de assinatura:** 30/04/2025    **Vigência:** de 30/04/2025 a 30/05/2025

**Id contrato PNCP:** 00662197000124-2-000002/2025    **Fonte:** Contratos.gov.br

**Id contratação PNCP:** [00662197000124-1-000004/2025](#)

**Objeto:**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE LICENÇA DA PLATAFORMA ZOOM MEETING NAVERSÃO PROFISSIONAL, COM COMPLEMENTO DE WEBINAR PARA ATÉ 500 PARTICIPANTES, E DA PLATAFORMA DEEPL NA VERSÃO ADVANCED, AMBOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO – FUNAG.

**VALOR CONTRATADO**

R\$ 6.744,86

**FORNECEDOR:**

**Tipo:** Pessoa jurídica    **CNPJ/CPF:** 52.997.838/0001-03    [Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)

**Nome/Razão social:** 52.997.838 IDES DE MORAIS FERNANDES

## Histórico

Evento ▾	Nome ▾	Data/Hora do Evento ▾
Inclusão - Contrato		21/05/2025 - 14:33:35
Retificação - Contrato		07/07/2025 - 10:44:35
Retificação - Contrato		02/09/2025 - 09:54:38

[< Voltar](#)



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correitude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

✉ <https://portaldeservicos.gestao.gov.br>

☎ [0800 978 9001](tel:08009789001)

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DA BAHIA

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 028/2025

QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DA BAHIA - CRMV/BA E A EMPRESA THC ASSESSORIA E TECNOLOGIA LTDA, NOS TERMOS DA DISPENSA ELETRÔNICA 90016/2025 - Processo Administrativo NUP 0320017.00000022/2025-85.

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DA BAHIA - CRMV/BA, inscrito no CNPJ sob o Nº 40.514.168/0001-30, situado na Rua Professor Aristides Novis, Nº 21/23, Estrada de São Lázaro, Federação, Salvador/Ba, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Presidente, médico veterinário Lúcio Leopoldo Aragão da Silva, inscrito no CRMV/BA sob Nº 1328 e no CPF sob Nº 3██.24██.9██5-0██, e, do outro lado, a empresa THC ASSESSORIA E TECNOLOGIA LTDA, CNPJ 37.912.883/0001-16, estabelecida na Av. Paulista, 777, Sala 102, Setor 900, Bela Vista – São Paulo - SP, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo senhor Thiago Fernando Bosco, CPF 3██.7██6.██8-8██, vêm, celebrar o presente termo de contrato, que será regido pela Lei Federal Nº 14.133/2021 - que institui normas para licitações e contratos administrativos, supletivamente pela teoria geral dos contratos, as disposições de direito privado; e, no que couber, pela Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor; bem como as cláusulas e condições a seguir descritas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

**1.1** Contratação de empresa para subscrição de licença corporativa de software para realização de videoconferências e eventos virtuais, com capacidade mínima para 100 e 500 participantes, respectivamente, nos termos e condições especificados no item 3 do termo de referência, pelo período de 12 (doze) meses, renováveis até o limite de 120 meses.

**1.2** Vinculam-se a esta contratação, independentemente de transcrição:



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DA BAHIA

**1.2.1** O Termo de Referência;

**1.2.2** A Proposta da contratada.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

**2.1** A vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, na forma do artigo 105 da Lei 14.133, de 2021.

**2.2** O prazo de vigência será **prorrogável por até 10 anos**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.3** A prorrogação de que trata este item será condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

**2.3.1** Está formalmente demonstrado no processo que a forma de fornecimento tem natureza continuada, nos termos do inciso XV, artigo 6º da Lei 14.133/2021;

**2.3.2** Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que o fornecimento tenha sido prestado regularmente;

**2.3.3** Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na continuidade do fornecimento;

**2.3.4** Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

**2.3.5** Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

**2.4** O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

**2.5** A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

**2.6** O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observadas as abrangências de aplicação.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

**3.1** O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do







## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DA BAHIA

objeto constam no Termo de Referência da dispensa eletrônica que originou este contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

**4.1** Com fundamento no §2º, artigo 122 da Lei 14.133/2021, será vedada a subcontratação do objeto.

#### CLÁUSULA QUINTA – VALOR DA CONTRATAÇÃO

**5.1** O valor da contratação será de **R\$5.264,75 (cinco mil, duzentos e sessenta e quatro reais e setenta e cinco centavos)**, conforme tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR ANUAL
1	Licença corporativa de software com cessão temporária de uso do sistema Zoom Meetings para reuniões de até 100 participantes, com extensão do Zoom Webinar para até 500 participantes para 12 meses.	Ano	1	R\$5.264,75

#### CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

**6.1** O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes estão definidos no Termo de Referência da dispensa eletrônica 900xx/2025, que originou este contrato.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

**7.1** O preço inicialmente contratado será fixo e irreajustável no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado, em 14/11/2025, nos termos do §7º, artigo 25 da Lei 14.33/2021.

**7.2** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, o preço poderá ser reajustado, mediante a aplicação do IGPM - Índice Geral de Preços do Mercado.

**7.3** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.





## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DA BAHIA

**7.4** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**7.5** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**7.6** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**7.7** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**7.8** O reajuste será realizado por apostilamento, quando não coincidir com a renovação contratual.

### CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

**8.1** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

**8.2** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**8.3** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

**8.4** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

**8.5** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº14.133, de 2021.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DA BAHIA

**8.6** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

**8.7** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

**8.8** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**8.8.1** A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

**8.9** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

**8.10** Notificar os emitentes das garantias, quando exigidas, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

**8.11** Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.12** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

**9.1** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

**9.2** Designar preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.

**9.3** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DA BAHIA

**9.4** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art.9.4.137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

**9.5** Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

**9.6** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

**9.7** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

**9.8** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

**9.9** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, os seguintes documentos:

**9.9.1** prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

**9.9.2** certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

**9.9.3** certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual e/ou Fazenda Municipal do domicílio ou sede do contratado;

**9.9.4** certidão de Regularidade do FGTS – CRF;



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DA BAHIA

**9.9.5** certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

**9.10** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante.

**9.11** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal no curso da execução do contrato.

**9.12** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

**9.13** Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**9.14** Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do termo de referência.

**9.15** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

**9.16** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

**9.17** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

**9.18** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DA BAHIA

**9.19** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

**9.20** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art.124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

**9.21** Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES A LGPD**

**10.1** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

**10.2** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

**10.3** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**10.4** A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

**10.5** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do artigo 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**10.6** É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DA BAHIA

**10.7** O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

**10.8** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

**10.8.1** Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

**10.9** O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

**10.10** Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**11.1** Não será exigida garantia nos termos dos artigos 96 ao 102 da Lei 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**12.1** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a)** Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** Der causa à inexecução total do contrato;
- d)** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e)** Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;





## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DA BAHIA

- f)** Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g)** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h)** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**12.2** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**12.2.1** Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**12.2.2** Impedimento de licitar e contratar quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**12.2.3** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**12.2.4** Multa:

- a)** Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- b)** Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato;
- c)** Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de 15% a 20% do valor do Contrato;
- d)** Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de 10% a 15% do valor do Contrato;
- e)** Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato;
- f)** Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato.





## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DA BAHIA

**12.3** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**12.4** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**12.4.1** Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

**12.5** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**12.6** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**12.7** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**12.8** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a)** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b)** as peculiaridades do caso concreto;
- c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d)** os danos que dela provierem para o Contratante;
- e)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**12.9** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam





## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DA BAHIA

tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**12.10**A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

**12.11**O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

**12.12**As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**12.13**Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - EXTINÇÃO CONTRATUAL



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DA BAHIA

**13.1** O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

**13.2** O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

**13.3** A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

**13.4** Caso a notificação da não continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

**13.5** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**13.6** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**13.7** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção, quando não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**13.8** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**13.9** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

**13.9.1** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**13.9.2** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**13.9.3** Indenizações e multas.

**13.10** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DA BAHIA

**13.11** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**14.1** As despesas decorrentes da execução do objeto estão previstas no orçamento do exercício de 2025 e correrão à conta do elemento de despesas 6.2.2.1.1.01.02.02.006.999 – Outros Serviços Prestados - PJ.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CASOS OMISSOS**

**15.1** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

**16.1** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

**16.2** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**16.3** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

**16.4** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**





## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DA BAHIA

**17.1** Incumbirá ao Contratante publicar a íntegra do presente instrumento nos termos a seguir:

**a)** Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no artigo 94 da Lei 14.133/2021; e

**b)** No respectivo sítio oficial na Internet – [https://crmva-implanta.net.br/portaltransparencia/#publico/Conteudos?id=c37b1c29-b551-4e1e-84d2-30960afdb925](https://crmva.implanta.net.br/portaltransparencia/#publico/Conteudos?id=c37b1c29-b551-4e1e-84d2-30960afdb925), em atenção ao art. 91, da Lei 14.133, de 2021.

### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

É eleito o Foro da Justiça Federal de Salvador, da Seção Judiciária do Estado da Bahia para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste termo de contrato, que não possam ser compostos pela conciliação, conforme, §1º do artigo 92 da Lei Federal 14.133/2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente termo de contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado digitalmente pelas partes e por duas testemunhas.

Salvador-BA, 02 de dezembro de 2025.

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** LUCIO LEOPOLDO ARAGAO DA SILVA  
Data: 03/12/2025 15:03:02-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Pela CONTRATANTE

Thiago Fernando  
Bosco

Assinado de forma digital por  
Thiago Fernando Bosco  
Dados: 2025.12.03 14:19:57 -03'00'

Pela CONTRATADA

TESTEMUNHA

CPF:

TESTEMUNHA

CPF:



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DA BAHIA

### TERMO DE INTEGRIDADE E ÉTICA

#### CONTRATO ADMINISTRATIVO 028/2025

Eu, Thiago Fernando Bosco, CPF 3██.7██6.██8-8██, representante/responsável legal pela empresa THC ASSESSORIA E TECNOLOGIA LTDA, CNPJ 37.912.883/0001-16, declaro, para os fins da **dispensa eletrônica 90016/2025 – UASG 389194**, que a empresa acima qualificada não pratica e nem permite que pratiquem, sob sua esfera de atuação, atos contrários às leis, normas, regras e regulamentos vigentes no ordenamento jurídico brasileiro, que importem lesão à Administração Pública Nacional ou Estrangeira, nos termos do art. 5º da Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013 - Lei Anticorrupção. Outrossim, declaro que a instituição envida os melhores esforços para prevenir, mitigar e erradicar condutas inadequadas da sua atuação, pautando suas atividades nas melhores práticas do mercado, no que se refere ao combate de desvios éticos e de integridade. Reconheço que o que subscrevo é verdade, sob as penas da lei.

Salvador-BA, 02 de dezembro de 2025.

Thiago Fernando  
Bosco

Assinado de forma digital por Thiago  
Fernando Bosco  
Dados: 2025.12.03 14:19:36 -03'00'

Representante ou responsável legal





## Relatório de Cotação: Licença de videoconferência com capacidade para 600 pessoas

Pesquisa realizada entre 15/01/2026 09:48:01 e 15/01/2026 10:40:19

Relatório gerado no dia 15/01/2026 10:41:04 (IP: 45.179.215.118)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

**Método Matemático Aplicado:** Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

**Item 1:** Licença de videoconferência, webinar para, no mínimo, 600 participantes com validade de 12 meses.

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	% VALOR GLOBAL	TOTAL
1 / 5	1	R\$ 6.270,00 (un)	-	R\$ 6.270,00	100%	R\$ 6.270,00

Preço Público	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	Conselho Regional de Administração do Espírito Santo	433330	29/10/2025	R\$ 6.270,00
Valor Unitário				R\$ 6.270,00

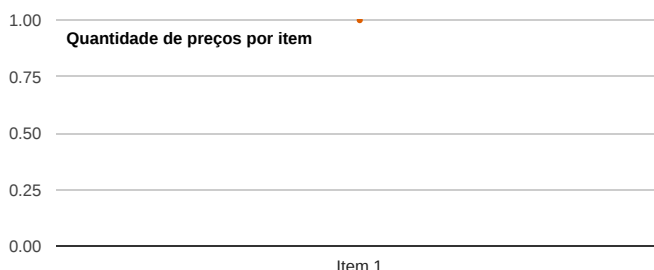
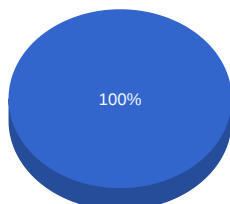
Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 6.270,00

Média dos Preços Obtidos: R\$ 6.270,00

Valor Global: R\$ 6.270,00

Valor do item em relação ao total

● 1) Licença de...



## Detalhamento dos Itens



Item 1: Licença de videoconferência, webinar para, no mínimo, 600 participantes com validade de 12 meses.

Preço Estimado: R\$ 6.270,00 (un)

Percentual: -

Preço Estimado Calculado: R\$ 6.270,00

Média dos Preços Obtidos: R\$ 6.270,00

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	Licença de videoconferência, webinar para, no mínimo, 600 participantes com validade de 12 meses.	

**Preço (Outros Entes Públicos) 1: Preço do Fornecedor Vencedor**

**R\$ 6.270,00**

**Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)**

**Órgão:** Conselho Regional de Administração do Espírito Santo

**Data:** 29/10/2025 07:52

**Objeto:** Prestação de serviços técnicos especializados, continuados, para Renovação de licenciamento do Software Zoom Meetings - Pro 100 - Profissional para videoconferência online, com suporte e complemento de Large Meeting 500 participantes, pelo período de...

**Modalidade:** Dispensa

**SRP:** NÃO

**Identificação:** 433330

**Lote/Item:** 1/1

**Ata:** [Link Ata](#)

**Fonte:** [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

**Quantidade:** 1

**Unidade:** SVÇ

**UF:** ES

**Descrição:** Renovação de Licença Software Zoom Meetings - Pro 100 - Profissional para videoconferência online, com suporte e complemento de Large Meeting 500 participantes, pelo período de 12 (doze) meses. - Renovação de Licença Software Zoom Meetings - Pro 100 - Profissional para videoconferência online, com suporte e complemento de Large Meeting 500 participantes, pelo período de 12 (doze) meses.

CNPJ	Razão Social do Fornecedor					Valor da Proposta Final
19.814.481/0001-05 *VENCEDOR*	SILK BRINDES COMUNICACAO VISUAL, COMERCIO, SERVICOS E TELECOMUNICACOES LTDA					R\$ 6.270,00
<b>Estado:</b> MG	<b>Cidade:</b> João Pinheiro	<b>Endereço:</b> RUA Rua Astolfo Moreira, 32	<b>Nome de Contato:</b> PEDRO HENRIQUE	<b>Telefone:</b> (38) 3561-2588	<b>Email:</b> silkbrindes@live.com	
23.692.857/0001-15	LATAMSUL IMPORTACAO SERVICOS E COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA.					R\$ 6.960,00
<b>Estado:</b> SP	<b>Cidade:</b> São Paulo	<b>Endereço:</b> AVENIDA ANGELICA, 1814		<b>Telefone:</b> (11) 9987-3932	<b>Email:</b> clayton.silva@latamsul.com.br	
63.028.523/0001-66	EPHESOS LICITACOES LTDA UF endereço: ES					R\$ 6.963,77
<b>Endereço:</b> ,						
37.912.883/0001-16	THIAGO FERNANDO BOSCO 31479690880					R\$ 6.963,80
<b>Estado:</b> SP	<b>Cidade:</b> São Paulo	<b>Endereço:</b> R ORFANATO, 289	<b>Nome de Contato:</b> Fernanda	<b>Telefone:</b> (11) 3806-0357	<b>Email:</b> atendimento@thcaccessoria.com	
33.479.392/0001-72	ANDERSON SOARES DE SOUZA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA					R\$ 6.968,30
<b>Estado:</b> PE	<b>Cidade:</b> Camaragibe	<b>Endereço:</b> R SAO ROBERTO, 26		<b>Telefone:</b> (81) 3050-2489	<b>Email:</b> anderson.mec@live.com	







## Extrato de fontes utilizadas neste relatório

**ATENÇÃO** - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

### Fontes utilizadas nesta cotação:

1 - Portal de Compras Publicas  
www.portaldecompraspublicas.com.br

Data: 15/01/2026 10:40:19

Acessar a fonte [aqui](#)





CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE RONDÔNIA  
Av. Presidente Dutra, 2374, - Bairro Centro, Porto Velho/RO, CEP 76801-034  
Telefone: (69) 2181-0082 - <https://www.crcro.org.br>/E-mail: [crcro@crcro.org.br](mailto:crcro@crcro.org.br)

## CONTRATO

Processo nº 9079610110000355.000025/2024-03

### CONTRATO Nº 03/2025 QUE CELEBRAM ENTRE SI O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE RONDÔNIA E A EMPRESA JOAO FERNANDO SOARES VIEIRA E SILVA.

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE RONDÔNIA – CRCRO**, sediado na Avenida Presidente Dutra, nº 2374, Bairro Centro, na cidade de Porto Velho/RO, inscrito no CNPJ sob nº 63.761.001/0001-79, representado neste ato pela Vice-Presidente de Administração e Finanças, Contadora Elba Oliveira de Araújo, portadora da Carteira do Registro CRCO nº RO-002270/O, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa João Fernando Soares Vieira e Silva, inscrita no CNPJ sob nº 55.566.927/0001-85, situada Avenida Historiador Rubens de Mendonça, Nº 2500, no município de Cuiabá/MT, doravante denominada **CONTRATADA**, representada pelo João Fernando Soares Vieira e Silva, inscrita no CPF nº 064.XXX.XXX-47, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 9079610110000355.000025/2024-03 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação nº 90013/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de licenças para comunicação unificada, videoconferência, webinar, chat corporativo e software de edição para materiais gráficos. O objetivo é aprimorar a eficiência na comunicação interna e externa e facilitar eventos de formação continuada, com flexibilidade, segurança e suporte para atividades híbridas e remotas.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSERV	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	Licença de videoconferência e webinar, com capacidade para no mínimo 600 participantes, permitindo a realização de eventos de formação continuada de grande porte, com recursos de interação e	18112	UNIDADE	12 meses	R\$ 7.000,00	R\$ 7.000,00

controle, com validade de 12 meses. (Zoom)					
--	--	--	--	--	--

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Estudo Técnico Preliminar;

1.2.2. O Termo de Referência;

1.2.3. A Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa Eletrônica, caso existentes;

1.2.4. A Proposta do contratado; e

1.2.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## 2. **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. A vigência da contratação será de 22 de janeiro de 2025 a 21 de janeiro de 2026, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. Trata-se de serviço comum nos termos do art. 6º, inciso XIII da Lei 14.133/2021, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

2.3. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.4. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.5. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.6. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.7. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## 3. **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## 4. **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## 5. **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. O valor total da contratação é de R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 14/11/2024 .

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA , exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

**8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar e seus anexos;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar a Assessoria Jurídica para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.11. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.5. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.3. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.4. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal que se verifique na prestação dos serviços.

9.5. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.6. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

9.7. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.8. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;

#### 10. **CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

#### 11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

#### 12. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.3. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.4. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.5. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6. **Multa:**

12.7. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez por cento) dias;

12.8. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.9. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.11. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.12. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.13. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.14. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.15. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.16. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.17. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.18. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros

contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do CRCRO para o exercício de 2025, conforme discriminadas abaixo:

14.2. Projeto n.º 3014 - Promover a Educação Continuada, Conta contábil: 6.3.1.3.02.01.005 - Serviços de Tecnologia da Informação.

### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

### **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária de Porto Velho/RO para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.



**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE RONDÔNIA**

Elba Oliveira de Araújo

CONTRATANTE

**JOAO FERNANDO SOARES VIEIRA E SILVA**

João Fernando Soares Vieira e Silva

CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **Elba Oliveira de Araújo, Vice-Presidente**, em 17/01/2025, às 16:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Fernando Soares Vieira e Silva, Usuário Externo**, em 27/01/2025, às 14:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.cfc.org.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.cfc.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0675205** e o código CRC **127C863A**.

---

**Referência:** Processo nº 9079610110000355.000025/2024-03

SEI nº 0675205